

Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política¹

Communism and anti-communism under the gaze of the political police

Rodrigo Patto Sá Motta*

Artigo recebido e aprovado em julho de 2010

Resumo:

O artigo resulta de palestra realizada em evento sobre o Integralismo, em cuja parte inicial o autor faz uma apreciação sintética sobre o fenômeno anticomunista no Brasil. Em seguida, se analisa a questão da luta contra o comunismo sob a ótica da polícia política e dos órgãos de informação do regime militar, que tiveram no anticomunismo uma das principais referências para construção de sua identidade e sentido de missão.

Palavras-chave:

DOPS; Regime Militar; Anticomunismo.

Abstract:

The article results from a talk given at an event about Integralism, in whose initial part the author makes a brief assessment of the anti-communist phenomenon in Brazil. The article then analyzes the issue of the fight against communism from the point of view of the political police and the intelligence organs of the military regime, which held in anti-communism one of the main references in forming their identity and sense of mission.

Keywords:

DOPS; the Military Regime; Anti-Communism.

É uma satisfação participar de evento que congrega pesquisadores dedicados ao estudo da direita, em particular ao fenômeno Integralista. Desde meados dos anos 1990 comecei a investigar a direita

¹ Este texto foi preparado para apresentação como conferência no IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo. Foi mantido aqui o formato original, em estilo de palestra.

* Professor da UFMG e autor de “Jango e o golpe de 1964 na caricatura” (Rio de Janeiro: Zahar, 2006) e organizador de “Culturas políticas na História: novos estudos” (Belo Horizonte: Argumentvm, 2009). Contato: rodrigosaemotta@yahoo.com.br.

brasileira, quando optei por direcionar minha tese de doutorado ao tema do anticomunismo. Por isso, o contentamento em participar destes debates e desta publicação, como uma oportunidade de trocar ideias e experiências com colegas que atuam no mesmo campo de pesquisas. Há cerca de quinze anos o campo de estudos da direita, se não era deserto², ao menos era bem pouco frequentado³, e muito mais sujeito a preconceitos. Hoje é menor o risco de se confundir o estudioso com o seu objeto, ou seja, de se acusar o historiador de manter suspeitas simpatias com os grupos ou as ideias de direita a que dirige o seu olhar. Parece ter aumentado recentemente o interesse de jovens pesquisadores em “visitar” assuntos relacionados à direita. Isso é visível quando se observam os títulos de teses e dissertações defendidas nos últimos anos, e também quando se nota a boa afluência de público e a quantidade de trabalhos inscritos neste evento sobre o Integralismo. Há muitos jovens estudando o anticomunismo, a polícia, o conservadorismo católico, organizações de direita diversas como a TFP (Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e, naturalmente, a Ação Integralista Brasileira e o Partido da Representação Popular.

À bem da verdade, a intenção inicial ao fazer o doutorado era estudar a esquerda, o Partido Comunista, mas a percepção de que o tema vinha sendo muito explorado, embora não esgotado, levou-me à ideia de mudar o foco da pesquisa para a outra ponta do espectro ideológico. Pois, enquanto a História da esquerda atraía bastante atenção, o fenômeno anticomunista provocado pela reação à presença real ou imaginada dos revolucionários, e que é tão importante como a ação da esquerda para uma adequada compreensão das lutas políticas contemporâneas, não havia sido investigado o suficiente. Não se tratava de tema “virgem”, pois alguns pesquisadores o abordaram em suas pesquisas, em geral como questão secundária, e havia jovens investigadores com trabalhos em andamento dedicados ao assunto, com os quais travei contato após ter iniciado minha própria incursão. Mas, excetuados uns poucos pesquisadores, a maioria dos autores que se

2 Nos anos 1970 foram publicados importantes textos que se tornaram referência na área, como os trabalhos de TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974; CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: LECH, 1978; e VASCONCELOS, Gilberto *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, por exemplo.

3 Lembro-me de conversa com a professora Angela de Castro Gomes em que ela chamou a atenção para a escassez de estudos sobre a direita no Brasil. Hoje percebo que esse diálogo deve ter funcionado como “faisca” no meu cérebro.

referia ao anticomunismo tendia a não levar muito a sério o fenômeno, considerando-o ridículo e primário, manifestação de ignorância e atraso. Parece-me que tal ponto de vista correspondia a preconceitos tradicionalmente existentes contra a direita nos meios acadêmicos e intelectuais simpáticos à esquerda. À direita estariam as forças políticas ligadas ao atraso social, com ideias primitivas e valores beatos; na visão da esquerda tradicional, se trataria de um universo intelectual e social fadado ao lixo da história, forças que seriam fatalmente superadas pela marcha inexorável do progresso. Por isso a tendência a uma visada superficial da direita, encarada mais como objeto de escárnio do que como tema de pesquisa.

As manifestações anticomunistas receberam igual tratamento, oscilando entre o olvido e as abordagens ligeiras, que as consideravam mero recurso ideológico (no sentido de falsa consciência) a serviço do Estado e das classes dominantes. Nessa perspectiva, privilegiava-se a dimensão manipulatória e mistificadora do fenômeno, restrito a estratégia para ganhar votos, apoio, dinheiro e poder, no último caso, usado como justificativa para legitimar golpes autoritários. Privilegiava-se, assim, o que chamei indústria do anticomunismo⁴, recuperando um termo usado no vocabulário da esquerda e da imprensa nos anos 1950 e 1960, deixando-se de perceber que a questão era mais complexa e profunda, indo além da “industrialização”, ou seja, da manipulação.

No caso do Brasil, há ainda uma peculiaridade a ser notada, que contribuiu também para tornar o tema do anticomunismo pouco atraente como objeto de estudo. Refiro-me à crise e declínio do PC após 1964 e a sensação subjacente de fracasso do projeto comunista, que, a propósito, abriu caminho ao florescimento de novas esquerdas, sempre com olhar hiper crítico em relação ao legado do velho partido comunista. Se o PC foi tão frágil e levou ao retumbante fracasso de 1964, como levar a sério os movimentos orientados pelo anticomunismo?

Pois bem, esse era o quadro que eu percebia no fim dos anos 1990 e a proposta da tese foi mergulhar no universo dos líderes, grupos e representações anticomunistas na tentativa de compreendê-los, partindo da percepção de que esse esforço de análise era indispensável e ainda não fora levado adiante na devida medida. Sob a influência dos debates em torno da chamada Nova História Política, e em diálogo com a História Cultural, mas com uma perspectiva diferente em relação a esta, dediquei-me a estudar as práticas e as representações anticomunistas.

4 Ver MOTTA, Rodrigo P.S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva-Fapesp, 2002.

munistas, sobretudo, imaginário e iconografia, enfatizando as crenças e valores dos grupos anticomunistas. Com esse movimento, tirava do foco central o conceito de ideologia, mas sem que isso implicasse desconsiderar a relevância do uso instrumental e da “industrialização” do anticomunismo.

A proposta, assim, foi produzir compreensão mais ampla do fenômeno anticomunista, tentando encontrar-lhe as raízes, as origens. Por isso, defendi a existência de três matrizes essenciais que, combinada ou isoladamente, constituem a base da maioria dos argumentos anticomunistas: cristianismo, nacionalismo e liberalismo. Na tese é enfatizado o estudo das representações, mas parte-se do pressuposto de que elas estão em diálogo complexo com a realidade. A preocupação era evitar tanto o relativismo quanto o cientificismo ingênuo, entendendo que a maneira mais fértil de encarar as relações entre realidade e representações é reconhecer a interdependência entre as duas esferas, percebendo os laços intrincados que as atam de maneira forte. As representações estão calcadas na realidade, mantendo diálogo constante com o mundo social, a vida concreta, e, simultaneamente, interferem no seu desenrolar, na sua construção. Assim, o anticomunismo surgiu como resposta ao desafio real implicado na existência do projeto comunista; porém, ao mesmo tempo, as representações contra o comunismo divulgadas na sociedade contribuíram para ampliar a percepção da presença do “perigo”, gerando, por vezes, uma relação desproporcional entre a força efetiva dos revolucionários e o medo neles inspirado.

A preocupação em não perder de vista o impacto real do anticomunismo levou a uma estrutura de tese convergindo para os golpes autoritários de 1937 e 1964, eventos em que a mobilização contrarrevolucionária foi fator chave. De fato, as duas “grandes” ditaduras brasileiras do século XX evidenciam a importância do fenômeno anticomunista, já que parcela significativa dos golpistas mobilizou-se, nos respectivos contextos, para lutar contra o perigo vermelho. A propósito, a centralidade conferida na tese a 1937 e a 1964 gerou a crítica de que a intenção teria sido restringir o fenômeno anticomunista aos dois momentos, como se em outros períodos ele tivesse sido menos relevante. O argumento parece-me decorrer de leitura ligeira do trabalho, pois ali se reconhece, devidamente, que as mobilizações contra o comunismo foram importantes por todo o período. A ênfase nos golpes anticomunistas não se deveu à preocupação de relegar outros momentos, apenas decorreu da escolha de privilegiar os contextos em que a luta contra os “vermelhos” trouxe impactos políticos mais marcantes, nesses casos, os desfechos golpistas e a criação de longevos estados autoritários.

Dados os objetivos e o escopo da tese, não foi possível dar a devida atenção a organizações e instituições que tiveram no anticomunismo um norte de orientação, como a Ação Integralista Brasileira. Se a tese não tratou a AIB com adequada profundidade, isso não ocorreu por desconhecimento da sua importância, antes, pelo contrário: foi devido à percepção de que a relação dos integralistas com o anticomunismo era tema tão complexo que mereceria estudo exclusivo (parece que alguns jovens pesquisadores têm se dedicado ao assunto em trabalhos recentes).

Pode-se afirmar que a AIB foi uma das principais matrizes da direita brasileira, e seu permanente compromisso anticomunista colocou seus remanescentes no interior da mobilização pelo golpe de 1964 e dentro do regime militar. Ex-integralistas e militantes do “sigma” ocuparam posições importantes nos governos militares, e este é um tema ainda a ser mais bem investigado.

A polícia política foi outra instituição a ter no anticomunismo referência importante para construção de valores e para nortear sua ação, ou seja, os Departamentos (às vezes Delegacias) de Ordem Política e Social, conhecidos pela sigla DOPS. Embora os DOPS não tenham sido criados apenas para combater o comunismo e, no decurso de sua longa história tampouco cuidaram apenas disso, eles encontraram no anticomunismo sua principal razão de ser. A polícia política existe para preservar a ordem e defender o Estado de seus inimigos, e esses variaram ao longo do tempo: anarquistas, socialistas, trabalhistas, sindicalistas; até fascistas, nazistas e integralistas, por vezes, caíram na mira da repressão política também. Mas em que pese essa plêiade de inimigos, a polícia política, em suas atividades repressivas, conferiu lugar de destaque para os comunistas, que no jargão policial serviram de designação genérica para toda a esquerda socialista, incluindo às vezes até os cristãos progressistas.

Creio que essa verdadeira obsessão anticomunista se explica porque o DOPS, como está registrado em seu nome, existia para defender não apenas a ordem política, mas também a social. E os comunistas eram considerados inimigos mais temíveis exatamente por isso: além de colocarem em risco o *status quo* político, eram adversários também da ordem social tradicional, já que eles seriam contra a família, a religião, a propriedade, etc. Os integralistas, apesar de terem atentado contra a ordem política no *putsch* de maio de 1938, no que toca à ordem social eram ferrenhos defensores da tradição, e por essa mesma razão encontravam aliados e simpatizantes entre os grupos de direita, inclusive nos aparatos de repressão. Os serviços policiais parecem ter atraído para seus quadros pessoas com inclinação para aceitar valores conservado-

res, e quem não os trazia muitas vezes era socializado e doutrinado na instituição, aprendendo a amar a ordem e a odiar os subversivos. Para além do fato de que o policial poderia aprender os valores conservadores com os colegas já em atividade, e também absorvê-los da própria sociedade⁵, em alguns departamentos havia o treinamento sistemático dos recém-ingressados. O DEOPS de São Paulo, por exemplo, nos anos 1950 dava cursos para os jovens policiais com base no “Manual de Polícia Política e Social”, de Luiz Apolônio⁶, que apesar do nome é basicamente um tratado de combate ao comunismo.

Vale a pena referir, a propósito da influência dos valores conservadores e anticomunistas nas instituições policiais, que a esquerda conseguiu muitos aderentes nas Forças Armadas ao longo do século XX, mas fraca inserção na polícia de maneira geral⁷, e menos ainda nos DOPS, ao que se sabe. Devido ao caráter anticomunista dos DOPS, seja pelas convicções dos seus integrantes, seja por sua função no aparato repressivo, às vezes militantes da direita radical colaboraram nas investigações e operações de expurgo dirigidas contra as esquerdas. Em Belo Horizonte, por exemplo, no contexto do governo Goulart (entre 1961 e 1964), alguns quadros (ex) integralistas criaram aparatos próprios para auxiliar o trabalho repressivo, inicialmente produzindo e armazenando informações sobre a esquerda, e, em seguida, integrando os grupos que realizaram prisões e interrogatórios no momento do golpe. Um desses militantes de direita foi muito ativo na “operação limpeza” de abril de 1964, e é mencionado por alguns ex-detidos como indivíduo particularmente motivado para agredir fisicamente “comunistas”⁸.

5 Em sua dissertação de mestrado (“DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político, 1935-1964”, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, 2006), Rosângela Assunção procurou mostrar que a construção do imaginário anticomunista dos policiais do DOPS mineiro foi influenciada por representações que circulavam na sociedade, sobretudo por meio da imprensa.

6 APOLÔNIO, L. *Manual de polícia política e social*. São Paulo: Escola de Polícia, 1958.

7 Os comunistas recrutaram numerosos adeptos no Exército e na Força Aérea (menos na Marinha, instituição mais conservadora) desde os anos 1930, e mesmo após a “limpeza” realizada em 1964 seguiram mantendo uma influência residual. Cf. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Comunismo e forças armadas (1917-1945): uma relação dialeticamente conflituosa* (Prelo). In: CASTRO, Celso; LEMOS, Renato. (Org.). *Militares e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010. O PCB chegou a constituir uma célula significativa na PM de São Paulo, desbaratada em meados dos anos 1970, mas nada do gênero parece ter existido na polícia civil.

8 Celson Diniz (entrevista ao autor entre dezembro de 2007 e abril de 2008) e Simon Schwartzman (entrevista ao autor em abril de 2009). As entrevistas estão em fase de transcrição e, assim que prontas, serão depositadas no Programa de História Oral da FAFICH-UFMG.

Antes do golpe, no contexto da mobilização pelas reformas de base, em alguns estados e no governo federal setores da esquerda exerceram alguma influência nos círculos de poder, o que levou os policiais dedicados ao trabalho de repressão política a viverem situação incômoda e anômala. Na visão de alguns integrantes dos Departamentos de polícia política, seus inimigos tradicionais tinham se instalado no poder e a partir dessa posição tentavam minar o trabalho de combate ao comunismo. Divididos entre a fidelidade ao governo e o amor à ordem, muitos policiais escolheram a segunda, e chegaram mesmo a vigiar o Presidente e os governadores.

No acervo documental legado pelo DOPS-MG, por exemplo, há registros interessantes nessa direção, que mostram atividades de vigilância sobre o Presidente Goulart e o Governador José Magalhães Pinto. Os dois eram considerados líderes politicamente ambíguos, pois ao mesmo passo que pertenciam às classes dominantes mantinham alianças com a esquerda. Goulart demonstrou mais ousadia nesse terreno, mas Magalhães Pinto, embora tenha iniciado o golpe de 31 de março de 1964, anteriormente vinha se dizendo favorável às reformas de base, provavelmente por razões táticas e eleitorais⁹. Seja como for, em seu governo Magalhães Pinto abrigou políticos tanto de direita como de esquerda, desde ex-integralistas a católicos de esquerda. Daí alguns grupos de direita olharem com desconfiança o Governador mineiro, acusado de leniente na vigilância contra a esquerda e omissos no aparelhamento das forças de repressão.

Por isso, o movimento de 1964 foi comemorado pelos policiais do DOPS mineiro como uma vitória da corporação, e não apenas da Ordem. Havia entre eles a opinião de que, no contexto do governo Goulart e, implicitamente, na gestão estadual de Magalhães Pinto, a influência da esquerda havia colocado óbices à ação policial. Tal opinião foi expressa em documento curioso, escrito em 1971 por policial ligado ao DOPS. Trata-se de texto de divulgação sobre a história do departamento preparado com o propósito de publicação na revista da Academia Internacional de Polícia, instituição mantida pelo governo norte-americano¹⁰. Trata-se de texto muito rico, pois apresenta

9 Não obstante, dos principais líderes do golpe ele foi o único cujo manifesto de adesão ao movimento faz menção à necessidade de reformas sociais.

10 O texto foi encomendado pelos norte-americanos que, desde 1960, por meio da USAID vinham treinando e equipando a polícia brasileira. O texto foi enviado a Washington e acompanhado de um ensaio fotográfico, mas aparentemente o material nunca foi publicado, embora contasse com autorização expressa do Diretor do DOPS, David Hazan (em novembro de 1971). RG 286: 250-65-6/2, caixa 2. National Archives and Records Administration (NARA II), College Park, MD, EUA.

rara oportunidade de acesso ao discurso policial, e, além disso, como pretendeu também construir breve história do DOPS mineiro, com ênfase para sua atuação em 1964 e nos anos imediatamente posteriores, contém informações preciosas sobre a dinâmica interna do órgão e os valores partilhados pelo grupo.

No texto, o autor afirma que o DOPS vivera momentos difíceis no pré-64, pois, graças à pressão da opinião esquerdista, o Estado cortara verbas e retirara funções do Departamento, supostamente para reduzir sua capacidade de repressão. Até o nome do órgão foi mudado, passando a chamar-se Departamento de Vigilância Social – DVS – a partir de reestruturação aprovada durante a gestão Magalhães Pinto¹¹. Vale a pena transcrever trecho do artigo do policial, que revela como os acontecimentos de 1964 foram encarados pelos agentes do DOPS (DVS):

Enquanto os inimigos do Brasil, no exercício eventual do poder patrocinavam e promoviam essa campanha de difamação, os abnegados policiais lotados na DVS continuavam a luta surda contra os subversivos, descobrindo-os, fichando-os e seguindo seus passos com o apoio das Forças Armadas e em estreita ligação com os serviços de informação que ainda lutavam em favor da democracia e da ordem legal.

Com o advento da Revolução de Março de 1964, o DOPS, ainda DVS passou a ocupar o seu lugar de liderança na luta contra os corruptos, os subversivos e os maus brasileiros que haviam se ligado a estrangeiros, desejosos de levar o nosso país a caminhos e doutrinas esdrúxulas. Para a identificação dos esquerdistas foram usados os arquivos do DOPS, para a prisão deles (sic) foram usados os homens do DOPS (...). A longa luta na obscuridade havia terminado (...)¹²

Na sequência do texto, o autor comemora com emoção que após 1964 os policiais alcançaram outra vitória, que para eles teve significado simbólico importante. Eles conseguiram reaver a velha e tradicional sigla, DOPS, que os inimigos esquerdistas tanto vilipendiavam. Com

11 Na mensagem enviada à Assembleia Legislativa no início de 1964 por Magalhães Pinto há um comentário explicando a reestruturação do DOPS, ocorrida no ano anterior. O Governador afirma que extinguiu o velho Departamento devido a reminiscências ditatoriais; o recém-criado DVS manteria parte das atribuições do anterior, mas preocupado com “a valorização humana” e trabalhando para fortalecer a democracia. O texto sugere que o governo fizera a mudança para atender à pressão de setores democratas e progressistas. Cf. MOTTA, Rodrigo P.S. *et alii*. República, polícia e direito à informação. Os arquivos do DOPS/MG. *Varia Historia*, nº 29. Belo Horizonte: UFMG, 2003. pp. 126-153.

12 RG 286: 250-65-6/2, caixa 2. NARA II.

o regime militar, para satisfação dos dedicados agentes responsáveis pela manutenção da ordem, o anticomunismo voltou a ser política de Estado, não obstante às vezes tal política apresentasse ambiguidades que lhes causavam incômodo e insatisfação (voltarei a essa questão mais adiante).

A direita militar e seus aliados ganharam em 1964, mas ainda assim avaliaram que seus inimigos não estavam totalmente derrotados. A avaliação era incorreta se pensarmos no PCB, mas verossímil se considerarmos que a esquerda aumentou sua influência entre jovens e intelectuais e produziu o fenômeno da guerrilha. O fato é que o regime militar ampliou o aparato repressivo e de informações (Serviço Nacional de Informações – SNI; Departamento de Polícia Federal – DPF; Centro de Informações do Exército – CIE; Destacamento de Operações de Informação, Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI, etc.), o que gerou inclusive competição entre eles, de modo que a partir de 1964 os DOPS passaram a ter muitos concorrentes na esfera federal. Tal quadro levou à hipótese de que teria havido enfraquecimento e declínio dos DOPS durante a ditadura, em vista da expansão das agências federais de repressão.

Entretanto, embora perdessem o monopólio da repressão política, há razões para crer que os DOPS não vivenciaram declínio nos anos do regime militar, ao contrário, possivelmente terão crescido e incrementado sua infraestrutura, passando a contar com mais equipamentos materiais e recursos humanos para a realização de seu trabalho. Pelo menos no que diz respeito ao DOPS de Minas Gerais, de acordo com o texto citado há pouco, após 1964 o Departamento ganhou novos investimentos e mesmo ampliação em sua área de atuação. Além de ter ganhado novas viaturas e instalações de comunicações, o DOPS-MG teria criado um setor voltado à repressão ao consumo de drogas e, também, uma seção de pastores alemães adestrados, por exemplo. O CIE, os DOI-CODI e as outras agências federais de repressão, na prática, passaram a atuar tanto como órgãos de informação quanto como polícia política, cometendo prisões, praticando torturas e desaparecendo com algumas pessoas, e por isso entraram em seara que antes de 1964 pertencia exclusivamente aos DOPS. Entretanto, quando os funcionários de tais agências federais tinham necessidade de legalizar as ações repressivas, dando início a processos judiciais, à abertura de inquéritos e a outros procedimentos do gênero, muitas vezes os presos eram encaminhados aos DOPS, os órgãos policiais que detinham o conhecimento e a prática burocrática requeridas nesses casos.

Vale lembrar, por outro lado, que os conhecimentos acumulados pelas polícias civis estaduais ao longo das décadas, aí incluídas as téc-

nicas de interrogatório e tortura, foram importantes para o funcionamento da repressão militar, sobretudo nos primeiros anos. Além disso, não se deve esquecer que os DOPS continuaram a atuar na repressão política e, em alguns Estados, parecem mesmo ter chegado a entrar em competição com os órgãos federais, em que pese a existência de mecanismos de controle dos aparatos de segurança estaduais pelo Exército.

Assim como havia fornecido identidade e sentido de missão para os serviços estaduais de polícia política, o anticomunismo cumpriu o mesmo papel para os órgãos da comunidade de informações da ditadura. Durante as duas décadas do regime militar, a “comunidade” e os O.I. (órgãos de informação) federais compreenderam e justificaram sua existência e sua missão em torno da luta contra o comunismo, inimigo a um só tempo interno e internacional. A propósito, na linguagem característica da burocracia dos serviços de informação, que apreciavam sobremaneira o uso de siglas e acrônimos, havia uma sigla muito utilizada: MCI, ou Movimento Comunista Internacional, que, para eles, estaria na origem de muitas das ações da esquerda brasileira, como se nos anos 1970 ainda estivesse em ação o *Komintern*.

Entretanto, para desgosto dos agentes da repressão, sua disposição de caçar comunistas às vezes esbarrava nas ambiguidades de setores do governo e de parte das elites empresariais e administrativas, que, em certas circunstâncias, demonstraram interesse em proteger intelectuais esquerdistas (principalmente nas Universidades, nas empresas de comunicação e em órgãos culturais do Estado) contra a sanha purificadora dos órgãos de informação¹³.

Outra situação de choque entre o ânimo anticomunista do aparato repressivo da ditadura e os interesses pragmáticos do governo se deu no caso das relações entre Brasil e União Soviética. Sob influência de interesses comerciais e diplomáticos, o governo militar aceitou manter relações normais com a URSS e os países a ela alinhados (o chamado bloco socialista), com a exceção de Cuba, com quem o governo Castelo Branco rompeu ainda em 1964, sob acusação de interferência nos assuntos internos do Brasil (o apoio à esquerda revolucionária). Para garantir canais comerciais abertos com os países do bloco socialista, e também esperando encontrar melhor recepção nos países

13 Aqui não é o momento nem o lugar para analisar essa polêmica e complexa questão. No que toca à repressão nas Universidades, estou escrevendo um livro em que o assunto (a proteção de autoridades a alguns intelectuais de esquerda) será tratado com vagar e cuidado.

não-alinhados sob influência soviética, os sucessivos governos militares procuraram manter relações normais com a URSS¹⁴. Não era política de fácil aplicação, dada a natureza anticomunista do regime e a pressão exercida por sua ala radical de direita, aí incluído o aparato de repressão. A preocupação em não criar atritos com os soviéticos levou a atitudes de tolerância, ou de menor intolerância no campo das relações culturais. Assim, por exemplo, o regime militar permitiu o funcionamento de iniciativas criadas no período do governo Goulart que, vale a pena lembrar, foi o responsável pelo reatamento de relações diplomáticas com a URSS em 1961. No período anterior ao golpe foi criado o Instituto Cultural Brasil-União Soviética (o ICBUS) e instituída a prática de envio de estudantes brasileiros para universidades soviéticas, sobretudo a UAPPL (Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba).

O problema dos brasileiros egressos de universidades soviéticas foi uma constante dor de cabeça para os homens da comunidade de informações, que tinham dificuldade em entender como o “seu” governo permitia tal promiscuidade. Incapazes de proibir a saída de estudantes brasileiros em direção à URSS, os O.I. tentaram ao menos impedir que eles trabalhassem quando de seu retorno ao Brasil, hipótese que na sua avaliação implicaria grande risco de infiltração comunista. Por isso, exerceram vigilância e pressão principalmente sobre as autoridades universitárias brasileiras, para evitar contratações de docentes com origens tão suspeitas, que, segundo a ótica anticomunista, desde as cátedras poderiam contaminar os jovens com as ideias inimigas. Mais do que isso, a comunidade de informações fez o possível para impedir a revalidação dos diplomas no Brasil, que seria uma forma mais eficiente de impedir o exercício profissional dos “retornados” da URSS.

Em suma, o engajamento anticomunista da polícia política e dos órgãos de informação configura tema fundamental para compreender as práticas autoritárias do Estado brasileiro. Paradoxalmente, tal trabalho de repressão nos legou acervo documental muito rico, mas os pesquisadores têm explorado mais o estudo dos grupos visados pelo Estado, sobretudo as esquerdas. Já é tempo de dedicarmos mais esforços de pesquisa para entender melhor o próprio aparato repressivo, inclusive pelos frutos políticos – a meu juízo, positivos – que tal trabalho poderá gerar.

14 Para análise mais cuidadosa do tema ver MOTTA, Rodrigo P.S. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. *Locus*, n° 13, 2007. Juiz de Fora: UFJF, pp.227-247.